

IDORT – UM INSTITUTO EDUCACIONAL BURGUESES POR EXCELÊNCIA – ANÁLISE DAS DÉCADAS DE 1930 E 1940 NO BRASIL

Eraldo Leme Batista¹

RESUMO

O processo acelerado de urbanização no Brasil, pós I Guerra Mundial, contribuiu para a expansão e crescimento da indústria no país, mesmo de forma desorganizada e desarticulada. Nas primeiras décadas do século XX, a educação existente no país, não era suficiente para atender ao processo de desenvolvimento que o mesmo começava a enfrentar, e foi apenas nesse tempo que se começou a despertar para a educação visando à formação do trabalhador. Sendo ainda incipiente o crescimento industrial, necessitava-se de trabalhadores com preparação mínima para os postos a serem ocupados na indústria, comércio e serviços. Para tanto, a profissionalização das massas, quando muito, era ainda oferecida nos liceus e escolas de ofícios de forma insuficiente. Os ofícios oferecidos até então eram mais artesanais do que manufatureiros, distanciando-se dos propósitos industrialistas seus criadores. Nesse contexto, a importação de mão de obra especializada ficava cada vez mais difícil e fez-se necessário fomentar o ensino profissional. O IDORT, entidade criada pelos industriais paulistas, foi fundamental para a discussão e reorganização do ensino profissional no Brasil. Apresentamos neste trabalho, a tese de que este instituto empresarial tornou-se também uma instituição educacional, pois formulava, divulgava e defendia teses referentes à educação e educação profissional. Tese fundamental para entendermos este período histórico e a questão da educação, pois a historiografia até o presente momento, não considerava esta organização como sendo educacional, o que deixava uma lacuna na historiografia, pois escolanovistas como Lourenço Filho, Fernando Azevedo, Noemy Silveira, foram fundadores do IDORT e articuladores do pensamento educacional no interior desta instituição, contando com apoio e contribuição de Roberto Mange.

Palavras-chave: Educação profissional, racionalização, taylorismo.

IDORT – UM INSTITUTO EDUCACIONAL BURGUESES POR EXCELÊNCIA – ANÁLISE DAS DÉCADAS DE 1930 E 1940 NO BRASIL

¹ Doutor em educação pela Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. José Luís Sanfelice. Membro do grupo de estudos e pesquisas em História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR. E-mail: eraldo_batista@hotmail.com

No início do século XX no Brasil, surge a preocupação com a questão da educação formal, para todos os filhos da classe trabalhadora, além disso, torna-se recorrente os discursos e ações tanto do governo, bem como da burguesia industrial, para investimento na alfabetização dos trabalhadores, tendo em vista, que neste período histórico, a maior parte dos trabalhadores, eram analfabetos, sendo portanto, empecilho para desenvolverem diversos trabalhos no espaço fabril. Atendendo a essa necessidade, o Estado expande o quadro escolar; porém, este prescreve para a escola um tipo de formação, que é apenas o da instrução para o trabalho. Nesse contexto, trabalho e educação se relacionam. A organização racional do trabalho está presente na Associação Brasileira de Educação (ABE), como bem nos informam Shiroma, Moraes e Evangelista (2004, p. 19):

É evidente, por exemplo, a importância que a organização racional do trabalho encontrou no seio da ABE e como, em alguns casos, essa questão traduziu-se na valorização dos métodos de uma pedagogia que viabilizasse, no meio escolar, a realização das máximas organizadoras exigidas pelo trabalho industrial. É interessante notar como a apropriação dessa pedagogia foi funcional, no plano ideológico, para afrouxar as tensões sociais a atualizar projetos reformistas específicos. A organização racional do trabalho, entretanto, não se reduzia à adequação do trabalhador ou da trabalhadora a uma determinada ocupação industrial. Ao contrário, refletia-se também na proposta de fixação de homens e mulheres ao campo, de forma a conter o processo de crescimento urbano mediante uma distribuição 'racional' da população pelas atividades rurais e urbanas.

Mesmo essa pesquisa focando-se nos anos 1930 e 1940, aponta que o debate em torno da educação profissional já estava colocado no país no início do século XX e que, no decorrer dos anos, veio se acentuando, com a organização dos industriais no CIESP e com a criação do IDORT², em 1931. A Lei nº1.184, de 3 de dezembro de 1909, já apontava para a preocupação de educação dos jovens filhos dos operários.

Esta lei determinou a criação de escolas noturnas, na capital e no interior, especificando que elas deveriam localizar-se nas proximidades das fábricas e atenderem, exclusivamente, aos meninos operários ou filhos de operários. A prioridade de instalação dessas escolas seria daquelas que tivessem acomodações oferecidas pelas empresas, e o professor seria sempre provido

² O IDORT tinha como um dos seus objetivos “[...] estabelecer um novo paradigma para nortear *as relações entre as classes sociais. Ao invés do conflito, das lutas de classes tão evidentes naquele período histórico, buscava-se a conciliação entre as classes, fator igualmente fundamental para a aceleração do desenvolvimento industrial* (PICHELLI, 1997, p. 15-16, grifos nossos).

pelo governo estadual. A articulação com as fábricas deveria se dar, também, na definição do horário escolar (CUNHA, 2005, p. 141).

Em sua pesquisa, Cunha (2005) nos informa que o texto da lei nº 1,192, de 22 de dezembro de 1909, expressava a persistência da ideia do ensino profissional como algo destinado aos desvalidos, em consonância, aliás, com a exposição de motivos do decreto do presidente de República desse mesmo ano:

Fica o Governo autorizado a contratar com estabelecimentos industriais, agrícolas ou beneficentes de reconhecida idoneidade, a educação profissional de menores pobres, não criminosos de ambos os sexos, que tenham mais de 11 anos de idade e que, por falta de proteção paterna ou tutelar, estiverem abandonados (CUNHA, 2005, p. 142).

No decorrer dos anos, a preocupação com a formação do trabalhador foi ganhando maior importância, em 1911, por exemplo:

[...] o decreto nº 9070 regulamentava as escolas de aprendizes artífices e ampliava alguns pontos do decreto nº 7.566, assinado por Nilo Peçanha. Em São Paulo, eram inauguradas as Escolas Profissionais Masculina e Feminina, que posteriormente passariam a denominar-se “Escola Técnica Getúlio Vargas” e “Escola Técnica Carlos de Campos” (SENAI, 1991, p. 114).

No ano de 1920 foi criada uma comissão com o objetivo de “examinar as escolas profissionais”. Tanto a preocupação do governo com relação à educação profissional como o crescimento dos trabalhos dessa comissão foram motivos para que, no ano de 1921, fosse criado o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico (SENAI, 1991, p. 114). Essa mesma comissão foi transformada em 1931:

“Inspetoria do Ensino Profissional Técnico”, chefiada por Francisco Montojos. Em 1934, o decreto nº 24.558 transformava a “Inspetoria do Ensino Profissional Técnico” em “Superintendência do Ensino Profissional Técnico”, subordinada diretamente ao Ministério da Educação e Saúde Pública (SENAI, 1991, p. 114).

Com relação ao ensino profissional, Mange já desenvolvia, desde o início dos anos 1920, experiência voltada para a formação de trabalhadores a partir dos conhecimentos da psicotécnica para quatro importantes companhias ferroviárias, conforme nos informa Vargas (1985, p. 165).

O debate sobre a educação profissional³, com o decorrer do tempo, vai ganhando maior importância em diversos setores da sociedade. Entendemos ainda que a defesa dos industriais para o ensino industrial se dava a partir da necessidade de ter operários qualificados nas indústrias de ponta. A questão era bem maior, pois os principais postos de trabalho eram ocupados justamente por estrangeiros que não estavam sendo bem vistos pelos industriais nesse período; por isso a preocupação com a formação de um trabalhador nacional.

A preocupação da burguesia com a educação profissional constitui um poderoso instrumento de controle social. Souza entende que

[...] o projeto pedagógico da burguesia sempre funcionou para além dos interesses imediatos da produção, buscando as condições necessárias para que isto se cumprisse com eficácia, como um projeto de direção moral, cultural e ideológica para toda a sociedade. Nesse sentido, a ação pedagógica liberal procura legitimar a ideia de que não existem contradições entre as classes, sendo a harmonia preservada pela força de um discurso que reifica as desigualdades, tomando-as como resultado natural das diferentes formas de inserção dos sujeitos na esfera produtiva (SOUZA, 2012, p. 7-8).

Ao realizar pesquisa referente aos trabalhadores ferroviários no início do século XX no Brasil, Segnini (1986, p. 88) nos informa que os principais objetivos esperados deste Centro eram: “a) Redução de custos e de tempo de formação da força de trabalho; b) Aumento de produtividade desses trabalhadores, cuja produção, em pouco tempo, compensaria as despesas efetuadas com sua aprendizagem; c) Possibilidade de maior estabilidade dos empregados na própria empresa”. O projeto não era construir um novo método e técnicas de produção que beneficiariam a todos, mas, sim, capacitar os trabalhadores para produzirem mais, gerarem mais lucro e, conseqüentemente, aumentar a produção via mais valia.

Em 1930, é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. É o primeiro período da história em que a educação é organizada à base de um sistema nacional. O seu primeiro ministro foi Francisco Campos, que efetivou uma série de decretos, mudanças que ficaram conhecidas como Reforma Francisco Campos. Esta abarcou,

³ A principal referência do IDORT, com relação à educação profissional, foi Roberto Mange: “o introdutor dos métodos tayloristas nas instituições de formação profissional e na organização do trabalho no Brasil [...] nasceu em 1885, na cidade suíça de La Tour-de-Peilz. Filho de um Diplomata, fez seus estudos na Alemanha [...] Contratado em 1903, com a idade de 28 anos, para lecionar desenho de máquinas na Escola Politécnica de São Paulo, influenciou várias gerações de engenheiros que, após passarem por suas mãos, ocuparam altas cargos na burocracia estatal e nas empresas públicas (BRYAN, 2008, p. 25).

inclusive, o Decreto nº. 19850, de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação. Vale ressaltar que este, em sua origem, era composto por representações do ensino superior e secundário, não havendo nenhuma do magistério, nem do ensino primário ou profissional.

Dentre as principais mudanças desse período, essa Reforma deu origem ao ensino secundário, implantando o currículo seriado e enciclopédico. Até então, no secundário, imperava o sistema de “preparatórios” e de exames parcelados para o ingresso ao superior. No nível profissionalizante, a reforma cuidou apenas do ensino comercial, com o Decreto nº. 20158, de 30 de Junho de 1931, que o organizava e regulamentava a profissão de contador no nível médio e só havia a possibilidade única de acesso à educação de nível superior, no curso de finanças. No entanto, não tinha nenhuma articulação com o ensino secundário de então e não dava acesso ao superior de outras áreas.

Para Romanelli (2006, p. 139), a não acessibilidade do curso profissional à universidade talvez “seja uma das fortes razões que orientaram a demanda social da educação em direção ao ensino acadêmico, desprezando o ensino profissional”. Essa barreira concreta e ideológica, já presente nesse período, pode ser considerada um dos fatores históricos que veio a aumentar o fortalecimento do preconceito em relação aos cursos profissionalizantes.

No caso da reforma do ensino comercial, havia uma fiscalização e um controle excessivo do curso, as decisões eram muito centralizadas e tornava muito rígida e engessada a estrutura do ensino. Na Reforma Francisco Campos, os demais ramos do ensino médio profissional, fora o comercial, ficaram marginalizados. Assim como as políticas anteriores à Reforma, enfatizou-se apenas a organização do sistema educacional das elites.

Romanelli (2006, p. 142) argumenta que a Reforma perdeu a oportunidade de investir no ensino industrial num contexto em que o país se desenvolvia para isso, “perdeu também a oportunidade de criar um clima propício à maior aceitação do ensino profissional pela demanda social de educação nascente”. Para a autora, aquele tempo era propício para a estruturação de um sistema de ensino profissional, o que levaria a população a valorizar mais esse nível. Porém, aconteceu justamente o contrário, foi no efervescer do movimento da Escola Nova (progressista) que se oficializou, na Constituição de 1937, o profissional como ensino destinado aos pobres.

Para os escolanovistas, a marcha para o “progresso” e o “desenvolvimento” do país passava pela educação.

O Escolanovismo era o instrumento que apertava as porcas, parafusos e arruelas, e azeitava engrenagens. [...] Por fim, as marcas da modernidade apareciam na fisionomia brasileira: entre o passado e o futuro, um presente incendiado de idéias. A máquina, a fábrica, a técnica, a democracia liberal, o sufrágio esclarecido, a educação enquanto dever do Estado, a marcha do progresso, tudo foi aceito e tornado público (MONARCHA, 1990, p. 127 e 137).

No período do Estado Novo e durante o início do Governo provisório, o país vivenciava o crescimento interno da indústria e precisava de mão de obra qualificada, porém, devido à economia de Guerra, o governo enfrentava dificuldades de importar técnicos para o trabalho. Nesse contexto, acontece outra reforma da educação, conhecida como Capanema ou Leis Orgânicas do Ensino. Esta foi muito significativa e, pela primeira vez, devido à demanda do desenvolvimento nacional, o Governo engaja-se na profissionalização em nível técnico.

Essa reforma organizou o ensino técnico profissional em três áreas da economia, criando as seguintes Leis Orgânicas: Ensino Industrial (Decreto-lei 4.073/42), Ensino Comercial (Decreto-lei 6.141/43) e Ensino Agrícola (Decreto-lei 9.613/46). Esses cursos continham dois ciclos: um fundamental, geralmente de quatro anos, e outro técnico, de três a quatro anos. Apesar da significância de se investir no nível técnico, essa Reforma não conseguiu resolver os problemas sérios que surgiram nesse nível de ensino, pois havia falta de flexibilidade com o ensino secundário e restringia o acesso ao nível superior, uma vez que as Leis Orgânicas só permitiam tal acesso no ramo profissional correspondente.

Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil apresentava um quadro urbano diferente e já era claro o processo de industrialização gerado pelo desenvolvimento do sistema capitalista. Devido à oferta de trabalho, houve o aumento de migrantes da zona rural para as cidades. Esse processo de expansão da indústria e do comércio foi mais efetivo após a Segunda Guerra Mundial. Como a maioria dos contingentes de trabalhadores não tinha formação específica, e o sistema educacional não conseguia atender em larga escala, o Governo recorreu à institucionalização de agências profissionalizantes, em paralelo ao sistema oficial, a fim de preparar a mão de obra para esses serviços.

Em 1938, o Governo Federal elaborou, via Divisão do Ensino Industrial, um anteprojeto que regulamentasse o ensino profissional no país. Enviou-o para que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) dessem um parecer, o que não ocorreu, pois demonstraram serem contra a proposta apresentada pelo Estado. Nesse sentido é que o Governo Federal baixou decreto obrigando as empresas a realizarem cursos para seus trabalhadores. Com relação a essa questão, Cunha (2005c, p. 29) nos informa qual era a proposta apresentada pelo Governo Federal:

Estipulava a criação de escolas de aprendizes industriais mantidas e dirigidas pelos sindicatos dos empregadores e pelos estabelecimentos industriais. As escolas teriam oficinas próprias destinadas à prática dos aprendizes, isto é, trabalhadores maiores de 14 e menores de 18 anos. Os cursos durariam de 8 a 16 horas semanais, em horário coincidente com o período de trabalho, remunerando-se a atividade produtiva do menor. Cada empresa industrial teria a obrigação de empregar um número de menores trabalhadores igual ou superior a 10% do efetivo total de operários. Caberia ao governo a tarefa de manter escolas de aprendizes onde os sindicatos e as indústrias não fossem capazes de fazê-lo. Os ministérios da Educação e do Trabalho fiscalizariam a aplicação do dispositivo e aplicariam sanções aos infratores.

Com relação a este debate, Müller (2009, p. 93) nos informa que, em 26 de julho de 1940, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio promulgou o Decreto lei nº 6.029, estabelecendo que “[...] os cursos de formação profissional deveriam ser instalados nas próprias empresas ou nas proximidades destas, podendo ser comuns para operários de várias indústrias”.

Na verdade, os industriais queriam dar a direção e controlar essa área de formação dos trabalhadores, definindo como deveriam ser estes cursos ou como funcionariam as escolas, entrando o Estado apenas com o financiamento. Nesse sentido é que Cunha (2005c, p. 30) informa por que os industriais eram contra esse anteprojeto, “[...] em razão das despesas com que teriam de arcar para o pagamento de salários (de aprendizes e mestres) e pelos gastos de instalação e operação de oficinas, sem contrapartida imediata de produção”. Para evitar enfrentamento com o governo, a FIESP e a CNI fazem uma resistência passiva, não se pronunciando publicamente, mas também não respondendo a solicitação do governo. Este posicionamento diante do Governo Federal é entendido por Cunha da seguinte forma:

[...] a situação dos industriais, de crescente dependência diante dos favores governamentais, em termos fiscais, alfandegários e creditícios, não encorajava uma resistência ativa ao anteprojeto. Assim, a CNI optou pela resistência passiva, simplesmente não respondendo à consulta ministerial (CUNHA, 2005c, p. 30).

Além desse embate entre industriais e governo, estava ocorrendo também, entre o Ministério do Trabalho e Ministério da Educação, uma disputa para com qual Ministério seria responsável pela implementação e gestão da educação profissional no país. Nessa disputa, saiu vencedor os interesses do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, deixando Capanema contrariado com a decisão de Vargas. Müller (2009, p. 138) entende que o que estava em disputa eram interesses de frações de classe no interior do governo:

A disputa dos ministros pode ser entendida como um embate entre frações do próprio capital tentando se acomodar, ou seja, uma “queda de braço” para verificar quem mantinha a hegemonia para dominar o grupo adversário. No caso, quem estava mais próximo ao Estado, conquistou essa hegemonia, sendo que o embate terminou pelo arbítrio do próprio presidente Vargas, que optou pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para negociar com os empresários. Esses acabaram aceitando as normas impostas pelo referido Decreto, assumindo, sem outra opção, os custos financeiros pela formação profissional de seus operários. Assim, em 26 de julho de 1940 foi assinado o Decreto 6.029/40 que regulamentava a instalação e funcionamento de cursos profissionalizantes previstos no Decreto 1.238/39, porém com algumas mudanças que poderiam orientar as indústrias no cumprimento do disposto. Definia-se ali, ainda, a função de aprendiz como trabalhador ligado à indústria, mas com carga horária diária e salários diferenciados.

Em 1942, contando desta vez com a participação dos industriais, é criado, em convênio com a Confederação Nacional das Indústrias, através do Decreto-Lei 4.048 de 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e, quatro anos depois, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), pelo Decreto-Lei 8.621 de 1946, dirigido e organizado pela Confederação Nacional do Comércio. As duas instituições foram criadas para atender à demanda de qualificação para o trabalho, em todos os níveis de profissionalização. Atualmente, são responsáveis pela maior rede de escolas de educação profissional no Brasil.

A criação desses sistemas de educação profissional paralelos teve o intuito de capacitar, de forma rápida, um número maior de pessoas para os setores de produção imediatos, porém essa política não foi suficiente para amenizar os problemas educacionais do país. Romanelli (2006) argumenta que, ao se tomar essa medida, o Governo descuidou de manter um sistema único de escola, prevalecendo o

dual de ensino, no qual as camadas médias e superiores procuravam o ensino secundário e superior enquanto os populares recorriam às escolas de nível primário e profissional.

Assim, ainda que considerando as iniciativas importantes para a educação profissional nas décadas de 1930 e 1940, (como as reformas educativas supracitadas), pode-se afirmar que a dualidade na educação profissional, constatada desde o período colonial, prevaleceu no país. Além das reformas do ensino, outros fatos históricos desse período são importantes para compreender a reorganização da educação profissional no Brasil, como é o caso do IDORT retratada a seguir

O IDORT como instituição educacional

Destacamos o papel estratégico e fundamental de Roberto Mange, para desenvolver as experiências racionais na formação dos trabalhadores. Não se trata de qualquer intelectual, mas de uma liderança do movimento pela administração científica do trabalho, portanto, taylorizado, que tinha trânsito com diversos representantes da burguesia industrial brasileira e do pensamento educacional. Mange⁴ era amigo de Lourenço Filho⁵, Fernando Azevedo e Anísio Teixeira, os organizadores do manifesto dos pioneiros⁶. Lourenço Filho desenvolve experiências de educação profissional com Mange. Azevedo convida-o para participar do Inquérito Educacional de Fernando de Azevedo, realizado em 1926.

Torna-se fundamental destacar essa relação, entre os principais articuladores da escola nova, com Mange e o IDORT, possibilitando, assim, entendermos os pressupostos inerentes na pedagogia escolanovista, ou seja, a defesa de uma utopia racional, procurando, com isso, negar:

⁴ Roberto Mange, Lourenço Filho e Fernando Azevedo eram amigos e membros fundadores do IDORT.

⁵ Este educador teve papel fundamental no movimento escolanovista e também como responsável pela reforma do ensino ocorrida no Estado do Ceará. Foi um dos fundadores do IDORT e tradutor de importantes psicólogos do trabalho, como Henry Pieron da Universidade de Paris e Léon Walther, do Instituto Rousseau da Universidade de Genebra. Também foi importante divulgador das teses tayloristas no Brasil e publicou obras importantes sobre a Organização e Psicologia Aplicada ao Trabalho.

⁶ Mange era reconhecido pela sua participação em Instituições de ensino profissionalizante, acompanhou de perto os debates anteriores à redação do Manifesto, porém “seu nome não figura entre os signatários porque, nessa época, ele ainda não havia optado pela cidadania brasileira, estando, portanto, impedido de firmar documentos de natureza política (SENAI, 1991, p. 90).

[...] a história enquanto história da luta de classes, produzindo um imaginário em que o movimento progressivo da história era decorrência do choque contínuo entre o moderno e o arcaico, o racional e o irracional, o novo e o velho, em síntese: entre Tradição e Modernidade. Recolocada sob novas bases: “classes laboriosas” e “classes dirigentes”, a divisão não representava o exercício de poder de uma classe sobre outra, refletia apenas a organização científica do mundo do trabalho e da sociedade (MONARCHA, 1990, p. 76).

Ao apresentar Mange como sendo um dos inquiridos e que trabalharia o ensino profissionalizante, Azevedo tece muitos elogios ao seu trabalho:

Para quem conhece de perto ou apenas visitou a Escola Profissional Mecânica, do Liceu de Artes e Ofícios, o depoimento de hoje, sobre este ramo de ensino, tem duplo interesse. Já bastava para revesti-lo de autoridade, ser de um especialista a mão que o traçou. Mas, ele não reflete somente o pensamento do engenheiro mecânico, que tem prestado à Escola Politécnica de São Paulo, no exercício do magistério, o concurso de sua matéria, dobrado prestígio é o fato de concorrerem ao Dr. Roberto Mange o saber técnico de um especialista em máquinas e o espírito de organização, positivo e luminoso, a que se deve, em São Paulo, a mais bela tentativa nos domínios do ensino profissional mecânico. Embora de iniciativa privada e fundação recente, a Escola Profissional Mecânica tende, de fato, a transformar-se em paradigma das escolas desse gênero. Não é a obra de improvisação impelida, sem objetivo claro, ao capricho das circunstâncias. É empreendimento que obedece, nos menores detalhes, a um plano de idéias seguras e precisas. Tudo o que ali se realiza, atinge, por isto, resultados certos como os que coroaram a execução, pela primeira vez entre nós, dos métodos de seleção profissional baseados na psicologia e fisiologia aplicadas ao trabalho (AZEVEDO, 1957, p. 149).

Mesmo sendo professor de sistema privado de ensino técnico, Mange foi convidado para falar sobre educação profissional no inquérito de Azevedo, tendo em conta o seu conhecimento na área. A relação não era somente de amigos, mas de admiradores, sendo que Azevedo não economizava palavras para elogiar esse Engenheiro.

Ao descrever os empreendimentos de Mange, Azevedo não economiza elogios pessoais tais como: “notória capacidade”, “dobrado prestígio”; e também com relação a seus empreendimentos: “espírito de organização, positivo e luminoso”, “a mais bela tentativa nos domínios do ensino profissional mecânico”, etc. Além disso, antevê as repercussões das inovações pedagógicas trazidas por Mange, afirmando que o curso se tornaria um paradigma para escolas desse gênero (ZUCCHI, 2007, p. 77).

O prestígio de Mange junto aos educadores escolanovistas e aos industriais era tanto que, em vez de se ouvir o diretor da mais importante escola pública profissional de São Paulo, quem é convidado e participa do inquérito é Mange. Gonzaga tinha uma visão mais independente, era mais crítico com relação à formação dos trabalhadores,

enquanto Mange defendia e buscava implementar o projeto definido pela elite industrial que estava ligada ao IDORT.

Foi a visão de Mange sobre treinamento profissional que se firmou como a tendência predominante no Brasil. [...] Assim, não é de se surpreender que Fernando Azevedo tenha entrevistado Mange e não Gonzaga (que, afinal de contas, era o diretor da mais importante escola pública profissional de São Paulo) em sua pesquisa. Foi a entusiástica campanha de Roberto Mange pela organização racional que atraiu os educadores brasileiros mais inovadores, que procuravam criar para o país um sistema educacional perfeitamente moderno (WEINSTEIN, 2000, p. 56).

O IDORT, entidade criada pelos empresários paulistas, foi fundamental para a discussão e reorganização do ensino profissional no Brasil, mas foi na década de 1940 que os industriais conseguiram, mesmo não concordando com a centralização da discussão nas mãos do Estado, criar uma importante escola de formação dos trabalhadores. Foi no período do Estado Novo (1937-1945) que os industriais conseguiram regulamentar as propostas de ensino profissional no Brasil, a partir da reforma Capanema (1942), conhecida também como Leis Orgânicas do Ensino. Essa reforma estruturou o ensino profissional, reformulou o ensino comercial e criou o SENAI.

Os intelectuais orgânicos da burguesia industrial tanto eram do setor industrial, quanto educacional, sendo que diversos educadores, contribuíram com a fundação do IDORT, como Lourenço Filho, Azevedo, Anísio Teixeira, Noemy, além de outros professores da USP. Entendemos que estes intelectuais eram afinados com o projeto da burguesia industrial, portanto não foram cooptados, pois suas ideias eram as mesmas da burguesia, participando ativamente das suas iniciativas. Mange era um intelectual burguês, assim como Lourenço Filho e Azevedo, com suas teses educacionais no campo do liberalismo, ou seja, eles acreditavam no que faziam, eram homens de seu tempo.

Expomos a seguir a visão do IDORT sobre a preparação do trabalhador, sendo que este projeto é pensando desde a idade mais tenra. O seu projeto era “inculcar” na criança, a partir da escola, quais seriam suas únicas possibilidades de sobrevivência na sociedade capitalista. A elas não restava nada mais que escolher uma das profissões do “cardápio” e com ela tentar a prosperidade, segundo os princípios da ética do trabalho, sendo que o serviço de orientação deveria também se preocupar com o perfil psicológico dos futuros operários. Os inadequados, num longo processo de

aprendizagem, poderiam ou se adequar ao leque profissional ou não. Isso está explícito na revista do IDORT (1932, n. 2, p. 04): “a cooperação com as escolas para tornar conhecidas as profissões normais da cidade e do país; levantamento do cadastro e elaboração do perfil psicológico das diferentes profissões; trabalhos para guiar candidatos na escolha certa”.

Ainda conforme a revista IDORT (1932, fev. n.º 2, p. 4):

Análise do trabalho nas várias profissões para verificação das aptidões básicas de cada uma, seleção por meio de testes, de candidatos a determinadas profissões, tais como: aprendizes e operários industriais, condutores de veículos, telefonistas, telegrafistas, ferroviários, agentes de segurança, aviadores etc; colaboração na organização de cursos de educação profissional, tendo em vista, o desenvolvimento racional das aptidões na base psicotécnica, bem como a aquisição metódica de conhecimentos técnico-profissionais; verificação da eficiência de provas e métodos psicotécnicos; determinados padrões profissionais (valores médios) em nosso meio.

Os industriais procuravam disseminar as ideias via revista IDORT, elaboradas por seus intelectuais orgânicos, desqualificando os discursos operários, a cultura popular, visando criar uma outra sociedade, um homem passivo, transformando o operário em um ser dócil, disciplinado, colaborador, patriota e, acima de tudo, que não compactuasse das ideias "estranhas" dos trabalhadores estrangeiros.

Essa concepção está em toda publicação da revista do Instituto, isto é, os industriais tinham estratégia bem definida de difusão do taylorismo, pois se, de um lado, propunham e “preocupavam-se” com a capacitação, formação da classe trabalhadora, de outro, buscavam formar quadros para gerenciarem as empresas e difundirem as ideias de organização racional do trabalho, conforme muito bem nos informa Segnini (1986, p. 88): “[...] concomitantemente, a Escola Politécnica de São Paulo, que procurava formar dirigentes para assumir o controle nas empresas taylorizadas, introduzia no currículo de curso de engenharia a organização racional do trabalho”.

A partir dos estudos realizados, compreendemos que os industriais tinham como estratégia formar os trabalhadores brasileiros como mecanismo de diminuir ou mesmo retirar do setor fabril os estrangeiros, pois estes, em sua maioria, eram “contestadores” e podiam criar “problemas” para o projeto nacionalista de industrialização do país. O projeto de investimento da formação dos trabalhadores, dava-se também, em decorrência da escassa força de trabalho especializada para trabalhar com novos equipamentos que estavam sendo implantados na indústria em crescimento no período histórico.

A partir da pesquisa realizada no doutorado, vinculado ao programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da Unicamp e sob orientação do Professor Doutor José Luis Sanfelice, constatamos que nas décadas de 1930 e 1940, o IDORT foi uma instituição educacional, pois desenvolveram projetos pedagógicos para a educação profissional no país, um projeto bem definido e coordenado pelo Engenheiro Roberto Mange.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- AZEVEDO, F. **A educação na encruzilhada**. São Paulo: Melhoramentos, 1957.
- BRYAN, N. A. P. **Educação, processo de trabalho, desenvolvimento econômico**. Campinas: Alínea, 2008.
- CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Ed. Unesp, 2005a.
- _____. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Unesp, 2005b.
- _____. **O ensino industrial na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Unesp, 2005c.
- REVISTA IDORT. **PELA COOPERAÇÃO; A Guerra Economica e o Instituto de Organização Racional do Trabalho de São Paulo**, nº 2, fev.1932, p. 1 - 2.
- MULLER, M. T. **A Lousa e o torno: a escola SENAI Roberto Mange de Campinas**. Tese (Doutorado em Educação), FE/UNICAMP, Campinas, 2009.
- MONARCHA, C. **A reinvenção da cidade e da multidão**. Dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990.
- PICHELI, V. **O Idort enquanto proposta educacional no contexto de formação da hegemonia burguesa no Brasil (1930-1944)**. Tese (Doutorado em Educação), FE/Unicamp, Campinas-SP, 1997.
- ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- SEGNINI, L. R. P. Taylorismo: Uma análise crítica. In: BRUNO, L. **Organização, trabalho e tecnologia**. São Paulo: Atlas, 1986.
- SENAI. **De homens e máquinas: Roberto Mange e a Formação Profissional**. São Paulo, SENAI, 1991.
- SENAI. **O giz e a graxa: meio século de educação para o trabalho / Projeto Memória SENAI-SP**. São Paulo: SENAI, 1992.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2004.

SOUZA, E. G. de. **Relação trabalho-educação e questão social no Brasil**: Uma leitura do pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria – CNI (1930-2000), Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas-SP, 2012.

ZUCCHI, B. B. **O programa e os métodos de treinamento profissional do curso de ferroviários da Companhia Sorocabana (São Paulo, Década de 1930)**. Dissertação (Mestrado em Educação), PUC-SP, São Paulo, 2007.

WEINSTEIN, B. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964**. São Paulo: Cortez / CDAPH-IFAN, 2000.